

§ 2º OS administrador receberam um "pró-labore" mensal, respeitando as normas fiscais vigentes e os seus limites.

§ 3º É vedado ao administrador fazer uso da firma na prestação de garantia, fiança, aval ou qualquer outro título de favor, em negócios estranhos ao objeto social.

§ 4º - O administrador responde solidariamente perante a sociedade e os terceiros prejudicados, por culpa no desempenho de suas funções.

DÉCIMA – Nos quatro primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social, o administrador é obrigado a prestar aos sócios, contas justificadas de sua administração, apresentando-lhes o inventário, bem como o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

DÉCIMA PRIMEIRA - Os lucros poderão ser distribuídos aos sócios de forma descasados a proporcionalidade do capital a ser deliberada pelos sócios.

§ único - Os eventuais adiantamentos de lucros ou distribuição efetuados durante o exercício que excedam a confirmação do lucro apurado no final do exercício deverão ser devolvidos a sociedade, pelos sócios, conforme determina a legislação das Sociedades Limitadas, indexado ao IGP – Índice geral de preços. Em caso de apuração de prejuízo contábil o mesmo será suportado pelos sócios de acordo com suas quotas de capital.

DÉCIMA SEGUNDA - Os sócios administradores farão jus a uma retirada mensal a título de pró-labore com valor correspondente até o limite de isenção da tabela de imposto de renda e de acordo com a situação Econômica e financeira da empresa, a ser estabelecida pelos sócios, as quais serão levadas a despesas da empresa.

DÉCIMA TERCEIRA – Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou no contrato:

- a) aprovação das contas da administração;
- b) a designação dos administradores, quando feita em ato separado;
- c) a destituição dos administradores
- d) o modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato;
- e) a modificação do contrato social;
- f) a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- g) a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
- h) o pedido de Recuperação Judicial.
- i) deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico
- j) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

§ 1º Da votação das contas e balanço não poderão fazer parte os administradores.

§ 2º As deliberações tomadas de conformidade com o presente contrato e ao amparo da lei vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

DÉCIMA QUARTA - Cabe ao sócio que desejar ceder suas quotas ou retirar-se da sociedade comunicar aos demais, por escrito com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, garantindo aos sócios remanescentes o direito de preferência na aquisição das mesmas.

